

**O AUTOR E A CIDADE:
A HISTÓRIA E A LITERATURA
EM CARLOS DRUMMOND DE ANDRADE**

Jacqueline de Cassia Pinheiro Lima (UNIGRANRIO)
jpineiro@unigranrio.com.br

Sobre o mar de cabeças, no ar e na luz, na terra, nas
árvores, nas bocas, nos telefones, nos espíritos, nos
corações, na remota estrela Vênus e no teclado do
linotipo, só se ouve e se lê: ANISTIA

(Drummond de Andrade, 1945)

1. Considerações iniciais

Este trabalho tem como proposta analisar através da história e da literatura um momento importante da história urbana da cidade do Rio de Janeiro usando a literatura como pano de fundo. A intenção deste trabalho, que é parte da pesquisa de pós-doutorado no programa de pós-graduação em história na UERJ é, então, perceber como alguns autores estabelecem em seus textos a relação do sujeito com a rua ao mesmo tempo em que vivem como homens comuns no cenário urbano.

Esta junção entre história e literatura como possibilidade de análise aconteceu a partir da experiência da linha de pesquisa do programa de pós-graduação em letras e ciências humanas da UNIGRANRIO, onde leciono, chamada: Representação da Historicidade, Memória e Discurso, quando vimos que alguns assuntos discutidos pelos docentes originários da história e da literatura eram chegados a ponto de terem uma conversa mais próxima. Deste modo, nasceu o projeto: A CIDADE E SEUS LEITORES: AS CRÔNICAS E A HISTÓRIA DO RIO DE JANEIRO, desenvolvidos por dois docentes, culminando em duas bolsas de iniciação científica. Uma para o curso de graduação em letras e outra para o curso de graduação em história da UNIGRANRIO, além de incitar a vontade de alguns alunos do programa de mestrado em escrever sobre tais questões. Para tanto, acabamos nos inserindo, em função do próprio objeto, em análises da história e da literatura comparadas.

Pretendemos investigar o modelo de sociedade existente e como este cenário repercute em suas obras. Nossa metodologia será perceber através das crônicas escritas pelos autores supracitados muitas das trans-

formações urbanas por que passou a cidade durante estas duas épocas. Paralelamente trabalharemos com conceitos que nortearão a pesquisa, tais como: identidade, memória, não lugar, sociabilidade, poder simbólico, entre outros.

Para este momento, escolhemos Carlos Drummond de Andrade em uma de suas crônicas: *Os intelectuais tomaram posição* que demonstra um aspecto dessa transformação institucional e de que modo atingiu a classe intelectualizada, que esteve abarcada durante todo regime Estado Novo (1937-1945).

2. *O momento*

Segundo Maria Celina d'Araújo (2000), o período entre os anos de 1920 e 1930 foi marcado por uma reação, ao mesmo tempo, ao comunismo e ao liberalismo¹⁶⁰. Era o momento da criação de uma nova sociedade após a Primeira Guerra Mundial, sociedade esta que necessitava de uma unidade nacional que acabara por caracterizar tanto os totalitaristas, como os comunistas. Sendo assim, podemos dizer que este período foi de preocupação com um fortalecimento do estado. E é neste período, em meio a essas ideologias, que nasceu o Estado Novo no Brasil. Era preciso alcançar tanto os liberais como os comunistas com essa “nova” proposta lançada pelo Estado Novo, muito embora esta característica não fosse encontrada somente no Brasil, mas em muitos países que foram marcados pela primeira guerra.

Podemos dizer, então, que o ano de 1930 iniciava uma nova Era. Candidato à oposição de Júlio Prestes, Getúlio Dornelles Vargas, em outubro do referido ano, promove um golpe, que seria um misto entre o que articulava como novo, somado à perpetuação de alguns alicerces políticos do país, como mostra Boris Fausto (2004) que a tomada do poder, nesse momento, estava composta de uma heterogeneidade social e política no que tange ao grupo que o acompanhou.

A nova proposta era a de um governo centralizador, promotor da industrialização, ordenador – contava aí com o forte apoio das Forças Armadas, inclusive na composição do Conselho de Segurança Nacional – e protetor da classe trabalhadora (patrões e empregados), para que esta

¹⁶⁰ Nas propostas educacionais estava inserida também esta questão. Em 1936, Alceu Amoroso Lima faz uma conferência intitulada “A educação e o comunismo”, no Ministério da Educação e Saúde.

centralização e esta ordem fossem alcançadas. O foco no trabalho era a palavra de ordem. Nele estava o maior investimento para que se conseguisse a paz e a unidade nacional. Observemos as palavras de Boris Fausto:

[...] lembremos que a esporádica atenção ao problema da classe trabalhadora urbana da década de 1920 deu lugar, no período getulista, a uma política governamental específica. Isso se anunciou desde novembro de 1930, quando foi criado o Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio. Seguiram-se leis de proteção ao trabalhador, de enquadramento de sindicatos pelo Estado, e criaram-se órgãos para arbitrar conflitos entre patrões e operários – as Juntas de Conciliação e Julgamento. (FAUSTO, 2004, p. 335)

O “novo” seria, então, a ação direta e radical do estado sobre a sociedade. Propostas como as de sociabilidade lançadas pelos teóricos do novo regime marcavam uma procura por uma natureza comum que geraria o “novo” governo. A proposta era manter um estado, além de novo, forte e propiciador de oportunidades, patrocinado por um enorme grau de autoritarismo e corporativismo. Neste sentido, tornou-se necessária a fusão do estado com a nação através de um líder, com comemorações cívicas e culto a sua personalidade. Se obediência e civismo eram as marcas deste período, esta não poderia deixar de ser a do Estado Novo brasileiro e de outros estados totalitários no mundo. O estado deveria, então, diminuir as outras formas de poder.

3. *A presença dos intelectuais no governo*

A preocupação e o compromisso de se pensar a nacionalização da sociedade, já que, segundo os administradores do país, isso passava pelo ensino, desencadeou problemas como regionalismos e estrangeirismos que teriam que desaparecer. Nesse último caso, o maior problema eram os imigrantes alemães que possuíam uma forte característica de nacionalidade que se queria para o brasileiro¹⁶¹. Era, então, uma ameaça, pois se de um lado se sentiam cidadãos brasileiros, nacionalmente se consideravam alemães, já que como aponta Bomeny (1999), a nacionalidade é herdada, enquanto a cidadania, adquirida. Era preciso contemplar a vinda dos estrangeiros para o Brasil, mas não se podia perder de vista o caráter nacional que se pretendia para a época.

¹⁶¹ O papel das instituições religiosas igualmente neste caso foi de grande importância, pois o processo de nacionalização do ensino ia de encontro a algumas escolas confessionais estrangeiras.

Como mostram ainda Schwartzman, Bomeny e Costa (2000), para um país onde a nação se constituía como principal alvo e a educação seria a norteadora, não adiantavam reformas no ensino formal que não bali-zassem a estrutura do que se queria construir. A reforma era em prol do Brasil e, neste sentido, homens, mulheres e crianças deveriam ser reedu-cados nas bases do trabalho, da família e do civismo.

É neste sentido que o Ministério de Gustavo Capanema é criado com uma base que, por um lado, se sensibilizava com uma estrutura au-toritária¹⁶², de cima para baixo, mas por outro, tinha nas mãos dos mo-dernistas uma saída para alguns valores nacionais, como a exaltação do folclore e da preservação do patrimônio histórico, por exemplo. O Minis-tério de Capanema, assim como era característico do Estado Novo, tinha uma situação paradoxal: ao mesmo tempo em que tinha em seu corpo administrativo figuras de vanguarda como músicos, poetas, modernistas, foi autoritário e perseguidor do Comunismo.

No Brasil, a formação do Serviço do Patrimônio Histórico e Artís-tico Nacional (SPHAN), data de 1937 e teve como idealizador o moder-nista Mario de Andrade¹⁶³. A política do patrimônio era considerada uma política pública que tivesse um sentido de colaboração entre o Estado e a sociedade. Como a noção de patrimônio depende da noção do valor que a ele é dado, nos remete também à idéia de pertencimento, de identidade e, portanto, de responsabilidade social e nacional. Como aponta Maria Ce-cília Londres Fonseca:

Esse é, *lato sensu*, o objetivo das políticas de preservação: garantir o di-reito à cultura dos cidadãos, entendida a cultura, nesse caso, como aqueles va-lores que indicam – e em que se reconhece – a identidade da nação (FONSE-CA, 2005, p. 39).

É o momento em que intelectuais e governo se inserem no mesmo objetivo, sem, no entanto, estarem obrigatoriamente do mesmo lado. “Forjar um povo também é traçar uma cultura capaz de assegurar a sua unidade” (PÉCAUT, 1990, p. 15). Nesta frase, Daniel Pécaut remete-nos ao pensamento de que os intelectuais durante o governo Vargas, muito se preocuparam com o problema da unidade nacional. E, no bojo desta pre-ocupação adicionaram suas decepções com o sistema oligárquico que até

¹⁶² Boris Fausto, em *História do Brasil*, lembra que embora de caráter autoritário, a educação brasileira, mesmo durante do Estado Novo, não teve o que chama de doutrinação fascista (Fausto, 2004:337).

¹⁶³ O anteprojeto é encomendado por Capanema em 1936, mas o SPHAN só é criado em 1937, pelo decreto-lei nº 25, de 30 de novembro.

então ocorria e, assim, resolveram assumir postos como funcionários do governo.

De concepções de direita ou de esquerda, modernos ou conservadores, comunistas ou católicos, os intelectuais brasileiros mostraram-se dispostos a organizar a sociedade junto com Vargas, pela crença que depositavam na cultura como meio de se chegar a uma identidade política e cultural.

Tal engajamento se deu pelos idos de 1915, como aponta Pécaut, mas é a partir dos anos de 1920 que se mostra a filiação de alguns destes intelectuais em partidos políticos. Porém, é importante ressaltar que as investidas destes intelectuais nos anos do Estado Novo não representavam que estavam totalmente de acordo com o regime. Por várias vezes houve rugas entre estes e o Presidente, mas ambos tinham em mente a noção de que dependiam um do outro para alcançar os objetivos de “nacionalizar” a sociedade. Era por meio das políticas culturais, do ensino e da preservação do patrimônio nacional, que se ia forjar o que costumavam chamar, à época, de “homem novo”. Assim, observa Daniel Pécaut:

O projeto do regime pretendia-se mais ‘cultural’ do que mobilizador, e a definição do ‘cultural’ confundia-se amplamente com a dos intelectuais. Trata-se de construir o ‘sentido da nacionalidade’, de retornar às ‘raízes do Brasil’, de forjar uma ‘unidade cultural’. É sempre evidente, para os responsáveis pelo assunto no regime que ‘cultural’ e ‘política’ são dois termos inseparáveis e que cabe a eles fundi-los no quadro do nacionalismo. (PÉCAUT, 1990, p. 69)

Drummond era um desses intelectuais/funcionário público que, em algum momento viu na posição dos intelectuais um adormecer e o futuro alvorecer de suas concepções e escreve em abril de 1945 uma crônica evidenciando suas observações.

4. Carlos Drummond de Andrade e a crônica Os Intelectuais Tomaram Posição

No ano de 1945, findando a Segunda Guerra Mundial, Carlos Drummond de Andrade escreve à revista *Leitura*, a crônica: “Os Intelectuais Tomaram Posição”. Drummond, neste momento, fazia uma crítica aos intelectuais, em especial, aos escritores que “adormeceram” politicamente durante o período em questão. Mas que acordaram um dia e viram que sua ferramenta, a escrita, poderia mudar a sociedade. Observamos suas palavras logo no início da crônica:

Romancistas e poetas deixaram de lado seus trabalhos costumeiros e puseram-se a redigir textos de afirmação individual ou coletiva, panfletos, manifestos, discursos para comícios, slogans, telegramas, notícias de jornal... (ANDRADE, 1945).

Drummond tinha a preocupação em dizer que não era um caso de pura apatia, mas esta se dava em função do momento político vivido. A participação ativa, política dos escritores estava fadada à hora vivida e, que, portanto, fez com que estes escritores pudessem dar a volta por cima e fazer da Guerra uma possibilidade de manifestação em favor da democracia.

É preciso reconhecer que os escritores não fizeram isto sem esforço. Estavam, na sua maioria, desabituaados da participação política. Alguns anos de anulação de todas as liberdades no cenário interno tiveram como consequência o desinteresse, a apatia, o que bem-me-importismo de grande número de intelectuais, que mal lançavam um olhar curioso para a guerra mundial, abstraindo os aspectos políticos da conflagração. Mas a virada lógica e progressiva dos acontecimentos se foi processando em toda parte, e eis que a própria guerra veio despertar em nós uma consciência política que hoje se afirma com todo vigor no plano nacional, fazendo praticamente de cada escritor um combatente na luta pela democratização do Brasil. (ANDRADE, 1945).

Drummond vê ainda nos escritores o papel de ativação neles e nos outros cidadãos do processo de representação social. Seria atividade específica do intelectual o esclarecimento, a responsabilidade por abrir os olhos dos outros trabalhadores. Aí está uma das mais significativas amostras desta relação entre o intelectual e a rua, entre o escritor e a multidão, entre o profissional que escreve sobre a “cidade e seus costumes”, mas também que a habita e a transforma seja pelo seu trabalho, seja por sua presença física como um cidadão comum. E esta era uma preocupação do autor:

Está visto que antes de explicar estas coisas ao povo, precisa o escritor explicá-las a si mesmo... Por que nem todo escritor se mostra ainda consciente destas responsabilidades, e mesmo entre os que têm intuição de seus deveres, sem a experiência do uso, persistem dúvidas e hesitações paralisantes. (ANDRADE, 1945).

Os rumos traçados por estes escritores tomavam, aos poucos, um caráter institucionalizado, seja pelo 1º Congresso Brasileiro de Escritores, seja pela formação da UTI (União dos Trabalhadores Intelectuais). Drummond escreve sobre sua crítica à vaidade dos escritores que faz com que eles nunca consigam uma agremiação de fato. Algo que os pudessem unir para uma produção consensual, ou de embates sobre os temas escritos.

A U. T. I. ensaia os primeiros passos, e já é sensível a sua influência no campo tão trabalhado de dissensões e alergias, que é o campo intelectual. Para um escritor individualista, de formação autodidática e alheio aos contatos estimulantes da vida gregária, nada mais difícil que meter-se dentro de uma associação, e ver a sua concepção de valores submetida ao entrechoque de outras concepções, para a fim de se obter, uma diretriz comum. (ANDRADE, 1945).

Graças a uma possível consciência política a que os intelectuais estavam por hora passando em função da Segunda Guerra e mais exatamente por seu fim, os escritores estavam sendo encarados por Drummond “como lutadores de vanguarda na democratização brasileira”.

Como se um íman atraísse figuras dispersas, muitos homens se reuniram, se interrogaram, se entenderam. Artistas plásticos, músicos, romancistas, arquitetos, advogados, sociólogos, economistas, engenheiros, médicos, técnicos de cinema, rádio e publicidade – todo o pessoal se deu as mãos e está disposto a caminhar no mesmo rumo. (ANDRADE, 1945).

Era o momento dos intelectuais mostrarem, na emergência dos acontecimentos, sua luta pelo processo de anistia e de democratização. Eram relações estabelecidas, medos sumindo e dando lugar a uma luta conjunta por uma consciência democrática e de participação pelos intelectuais.

5. Considerações finais

Como vimos, a intenção deste artigo, motivado por nossa pesquisa, tem sido perceber como alguns autores estabelecem em suas obras a relação do sujeito com a rua ao mesmo tempo em que vivem como homens comuns no cenário urbano. Estamos investigando o modelo de sociedade existente e como este cenário repercutia em suas obras.

Um dos objetivos desta pesquisa está sendo verificar como tais transformações urbanas foram feitas ao longo da história da cidade do Rio de Janeiro no início do século XX, com a Reforma Pereira Passos (1902 a 1906) e durante o Estado Novo (1937-1945), tendo a comparação como foco principal, a fim de entender quais pontos permanecem e quais sofrem rupturas ao longo deste período. Embora aqui, tivemos a missão de mostrar parte do cenário desta segunda fase.

Não só os políticos, seja Pereira Passos, com a marcha do Rio Civiliza se!, – nos primeiros anos do século XX, até a chegada das reformas implementadas por Henrique Dodsworth nos anos de 1930 e 1940, mas também intelectuais, empenhavam-se em acabar com os problemas urba-

nos. A presença de intelectuais também era marcante e importante nas questões políticas por que passava o Brasil.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANDRADE, Carlos Drummond de. Os intelectuais tomaram posição. *Leitura*. Rio de Janeiro: Abril de 1945.

BOMENY, Helena M. B. Três decretos e um ministério: a propósito da educação no Estado Novo. In: PANDOLFI, Dulce (Org.). *Repensando o Estado Novo*. Rio de Janeiro: FGV, 1999.

D'ARAÚJO, Maria Celina. *O Estado Novo*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

FAUSTO, Boris. *História do Brasil*. São Paulo: EDUSP, 2004.

FONSECA, Maria Cecília Londres. *O patrimônio em processo: trajetória da política federal de preservação no Brasil*. Rio de Janeiro: UFRJ; Minc – IPHAN, 2005.

INVENTÁRIO Sumário do Fundo Gabinete do Prefeito – DF. *Documentos da Administração Henrique Dodsworth (1937-1945)*. Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, Departamento Geral de Documentação e Informação Cultural, O Arquivo, 1996.

PÉCAUT, Daniel. *Os intelectuais e a política no Brasil*. São Paulo: Ática, 1990.

SCHWARTZMAN, Simon; BOMENY, Helena Maria Bousquet; COSTA, Wanda Maria Ribeiro (Org.). *Tempos de Capanema*. São Paulo: Paz e Terra; Rio de Janeiro: FGV, 2000.